S. R.

TL 1555

Universidade do Porto

Reitoria

c.c:
Presidente da Assembleia da República e
Orgãos de Soberania

Exmº Sr. Presidente da Comissão
Eventual para Acompanhamento
da Situação de Timor Leste
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1296 LISBOA CODEX

Porto, 24 de Março de 1994

Assunto: Colóquio Sobre Timor e o Pacífico

Exmº Senhor Presidente
da Comissão Eventual para Acompanhamento da
Situação de Timor Leste

Sinto-me muito honrado pelo convite que V.Exª teve a gentileza de me enviar para assistir ao Colóquio sobre Timor e o Pacífico que, por iniciativa da Comissão Eventual a que V.Exª preside, terá lugar na Assembleia da República em 25 de Março de 1994, e para, eventualmente, participar no respectivo debate.

Desde que em Portugal foi reestabelecida a Democracia, a Assembleia da República tornou-se o simbolo mesmo da liberdade encontrada e da cidadania recuperada. Tendo sido impedido de votar nas eleições não livres organizadas antes da Revolução do 25 de Abril, por ter denunciado os abusos da polícia politica, a falta de liberdades democráticas e o sem-sentido de uma guerra (no chamado ultramar português) que *"se porventura se não perde, também se não vence"* como afirmava em documento público que subscrevi em 1965, e por denunciar *"o que não se tem feito no tempo ganho à história pelo sacrifício dos soldados portugueses"* (como afirmava também o mesmo documento publicado com o titulo - *"Testemunho de Alguns Católicos"* - em diversos jornais de 5/11/1965) sei dar às instituições democráticas o seu valor inestimável e insubstituível.

Por isso, por ser a primeira vez que recebo um convite para participar numa iniciativa pública de tão nobre instituição democrática e também por o convite me ser dirigido por pessoa que tanto respeito e prezo, como é o Sr. Deputado e Professor Adriano Moreira, teria o maior gosto e honra em o aceitar.

Creio, porém, que seria indelicado da minha parte participar nessa louvável iniciativa e ter que criticar a própria instituição que tanto me honra com o seu convite. E, no entanto, como cidadão, não poderia deixar de o fazer, sob pena de me tornar conivente com a inoperância da Assembleia da República em relação a Timor Leste.

De facto essa inoperância contribui, em si mesma, para o arrastar de uma situação de injustiça gritante, de muita dor e sofrimento, que não se compadece com silêncios cúmplices nem injustificados adiamentos.

Rua D. Manuel II - 4000 Porto ou Apartado 4211 - 4003 Porto Codex
Telefs.: 694462 - 6065607 - 6064296 • FAX: 698736 • TELEX: 23121

O colóquio que a Comissão Eventual teve a feliz ideia de organizar, não pode substituir nem fazer esquecer a Conferência Internacional de Parlamentares e de Personalidades que a mesma se propôs levar a efeito, há já muito tempo, e à qual ainda não deu concretização.

Como cidadão não posso deixar de criticar uma Assembleia que não tem conseguido passar dos discursos e de alguns pequenos gestos e se satisfaz com a aprovação de uma mísera esmola no Orçamento Geral do Estado para Causa tão nobre e tão importante, nacional e internacionalmente, quanto é a da autodeterminação do Povo de Timor Leste. E não poderia calar a minha reprovação pelo que considero ser uma clamorosa e inadmissível injustiça para com o Povo Timorense. Não poderia nem posso calar a minha crítica e a minha revolta pelo que a Assembleia não tem feito no tempo ganho à história pelo sacrifício de tantos timorenses, na tão desigual luta pela defesa dos seus direitos, criando - com a sua luta e o seu sofrimento - o espaço necessário para que Portugal cumpra ainda as suas obrigações de Potência Administrante. Não poderia nem posso deixar de protestar contra o ultraje à História e à Dignidade do Povo a que me orgulho de pertencer, que constitui a falta de empenho real e efectivo da Assembleia da República na defesa dos direitos humanos e do direito à autodeterminação de um povo a que nos ligam não só laços históricos, morais e culturais, mas também obrigações políticas e legais irrecusáveis.

Teria que perguntar à Comissão Eventual a que nos últimos meses V. Exª tem presidido, onde está o livro negro das violações dos direitos humanos em Timor que esta se propôs, há anos, fazer; que é feito do vídeo sobre o problema de Timor, que também incluiu no seu programa. Teria que perguntar que utilidade tiveram os discursos que aplaudimos e as boas intensões que saudamos, que o tempo transformou em promessas incumpridas e em frustantes e enganosas ilusões ...

Sim, porque não aceito que tenhamos que aguardar sempre que sejam outros a fazer o que nos competia, e que seja necessário o jornalista Max Stahl fazer o seu filme do Massacre de Stª Cruz ou o jornalista John Pilger realizar *"Timor Leste, Morte de uma Nação"* para o mundo tomar conhecimento de tamanho drama.

Não aceito que o Povo Maubere continue, quase sozinho, a opôr-se a uma ocupação a que Portugal e a Comunidade Internacional tinham o dever de rapidamente pôr termo.

E se saudamos o constante empenhamento do Presidente da República, se felicitamos a firmeza, a coerência e o empenhamento do actual Ministro dos Negócios Estrangeiros nesta Causa, se agradecemos à Assembleia da República os tímidos passos dados com a abertura de uma rúbrica no Orçamento Geral do Estado para iniciativas relacionadas com Timor, nem por isso podemos considerar que Portugal faz o que pode e, sobretudo, que a Assembleia da República fez o que deve em relação a Timor. Não podemos aceitar que os Timorenses - incluindo a Resistência e a Igreja - dentro e fora de Timor, se sintam abandonados e sós, sem fazermos todos os possíveis para apoiar a sua e nossa luta pela Justiça e pelo Direito.

Teremos que esperar que a Causa de Timor se torne vitoriosa para conhecermos, finalmente, a solidariedade profunda de tantos que durante tantos anos preferiram não investir sequer *"cinco tostões"* numa causa que o *"realismo político"* leva a considerar tão irremediavelmente perdida quanto firme e sólido estava o *"Muro de Berlim"* poucos meses antes de cair?.

O Povo de Timor Leste precisa do apoio real e efectivo do Povo Português e dos seus legítimos representantes, livre e democraticamente eleitos, hoje, e não depois de estar liberto ou aniquilado ...

E porque a Assembleia da República é o símbolo mesmo de Democracia, não posso, como cidadão, aceitar que esta se demita de tarefa tão nobre quanto é a libertação de Timor de uma ocupação e de um neo-colonialismo mais brutal e desumano do que tudo o que de pior o seu Povo conheceu nos quatro séculos de presença e de relativo domínio português.

Senhor Presidente, a consideração e o respeito que me merece a Assembleia da República, obriga-me a exigir desta Coerência e Dignidade que tem faltado no que a Timor diz respeito.

E porque não quero que nesta exigência que, como cidadão, me sinto, em consciência, obrigado a fazer, seja possivel ler o menor desrespeito pelo Parlamento ou pelos Deputados que o Povo Português livre e democraticamente elegeu, creio ser meu dever de cordialidade recusar o tão honroso convite que V.Exª teve a gentileza de me enviar.

Sabe V. Exª que a Democracia não é um dado adquirido, mas é obra sempre incompleta e imperfeita, que importa edificar e melhorar cada dia que passa. E essa incumbência cabe não só aos políticos mas a todos os cidadões, sendo mesmo o dever primeiro da cidadania. Por isso confio em que V.Exª compreenderá o gesto que, com tanta pena, me sinto obrigado a fazer. O Povo Português compreenderá bem melhor esse gesto do que entenderia a minha eventual participação numa iniciativa que pudesse fazer esquecer outras bem mais importantes e que constantemente o Parlamento tem adiado. E o Povo Maubere que sofre, apesar de paciente e comprensivo em excesso, também precisa de sabèr que nem todos se acomodam aos interesses imediatos hoje reinantes no planeta.

A Dignidade tem um preço. E ser pessoa tem, em todas as circunstâncias, um alcance e um valor que só a consciência mede, para lá de todas as conveniências.

Usará V. Exª esta carta da forma que entender. Farei o mesmo.

Mas tenha a certeza, Sr. Professor Adriano Moreira, que é a muito elevada consideração que me merece V.Exª, é a tão elevada consideração e apreço que me merecem os representantes livremente escolhidos pelo Povo a que me orgulho de pertencer, e é o enorme respeito pela instituição democrática por excelência que é a Assembleia da República, que me obrigam a este gesto de recusa de tão honroso convite.

Aceite pois, Senhor Presidente da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação de Timor Leste, com a expressão da minha mais elevada consideração, os meus muito respeitosos cumprimentos,

A. Barbedo de Magalhães
(Coordenador das Jornadas de Timor da UP)
(Professor Catedrático)